

CONFEDERAÇÃO

BRASILEIRA DE HIPISMO

# *Confederação Brasileira de Hipismo*

*Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo  
em 31 de dezembro de 2012 e  
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Brasil Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À Administração da  
Confederação Brasileira de Hipismo  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Brasileira de Hipismo ("Confederação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), do superávit (déficit) abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Confederação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Confederação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Confederação. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

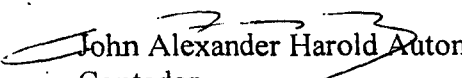
**Opinião sobre as demonstrações financeiras**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Hipismo em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2013

  
DELOITTE BRASIL

Audidores Independentes Ltda.  
CRC 2SP 000.164/O-4 "F" RJ

  
John Alexander Harold Auton  
Contador  
CRC 1RJ 078.183/O-2

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em reais - R\$)

	Nota explicativa	2012	2011 (Reapresentado)
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.016	85.113
Títulos e valores mobiliários	4	284.291	671.782
Contas a receber	5	103.064	394.433
Outros ativos circulantes		4.300	19.113
Total do ativo circulante		<u>410.671</u>	<u>1.170.441</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	5	20.520	-
Imobilizado	6	293.441	347.565
Intangível	7	15.586	12.262
Total do ativo não circulante		<u>329.547</u>	<u>359.827</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>740.218</u>	<u>1.530.268</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	153.785	421.653
Salários e encargos sociais	9	175.268	97.618
Obrigações tributárias	10	14.610	46.307
Outros passivos circulantes		6.740	23.247
Total do passivo circulante		<u>350.403</u>	<u>588.825</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social		309.065	309.065
Superávit acumulado		80.750	632.378
Total do patrimônio líquido		<u>389.815</u>	<u>941.443</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>740.218</u>	<u>1.530.268</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	8.215.162	9.209.247
CUSTO OPERACIONAL	14	<u>(6.334.069)</u>	<u>(6.872.896)</u>
SUPERÁVIT BRUTO		<u>1.881.093</u>	<u>2.336.351</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	15	(2.309.314)	(2.090.576)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	16	(67.932)	(103.492)
Outras receitas e despesas operacionais		<u>(55.475)</u>	<u>(134.019)</u>
		<u>(2.432.721)</u>	<u>(2.328.087)</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		<u>(551.628)</u>	<u>8.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

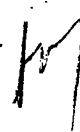
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em reais - R\$)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	<u>(551.628)</u>	<u>8.264</u>
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>-</u>	<u>-</u>
TOTAL DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(551.628)</u>	<u>8.264</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



d.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em reais - R\$)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	<u>309.065</u>	<u>624.114</u>	<u>933.179</u>
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>8.264</u>	<u>8.264</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	<u>309.065</u>	<u>632.378</u>	<u>941.443</u>
Déficit do exercício	<u>-</u>	<u>(551.628)</u>	<u>(551.628)</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	<u>309.065</u>	<u>80.750</u>	<u>389.815</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

M

h.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012  
(Em reais - R\$)

	2012	2011 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) do exercício	(551.628)	8.264
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa líquido proveniente das atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	80.111	90.347
Constituição de provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(20.732)	4.458
Reversão de provisão para processos judiciais	-	(10.000)
	<u>(492.249)</u>	<u>93.069</u>
Títulos e valores mobiliários	387.491	(251.359)
Contas a receber	291.581	(346.898)
Outros ativos circulantes	14.813	3.132
Fornecedores	(267.868)	253.298
Salários e encargos sociais	77.650	35.940
Obrigações tributárias	(31.697)	40.523
Outros passivos circulantes	<u>(16.507)</u>	<u>22.701</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(36.786)</u>	<u>(149.594)</u>
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	<u>(29.311)</u>	<u>(10.889)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(29.311)</u>	<u>(10.889)</u>
DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(66.097)</u>	<u>(160.483)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	85.113	245.596
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	19.016	85.113
DIMINUIÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(66.097)</u>	<u>(160.483)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO

### NOTAS EXPLICATIVAS RELACIONADAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em reais - R\$)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Confederação Brasileira de Hipismo (“Confederação”), constituída em 19 de dezembro de 1941, é uma associação sem finalidade de lucros, de caráter desportivo, dotada de personalidade jurídica de direito privado, filiada à Federação Equestre Internacional - FEI e ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB e constituída pelas entidades filiadas de administração regional do esporte hípico, todas com direitos iguais, que dirijam ou venham a dirigir de fato e de direito e eficientemente no território brasileiro o esporte hípico ou outros assemelhados e que sejam formadas a critério da Confederação ou, ainda, das entidades nacionais e internacionais de administração.

A gestão da Confederação é exercida por meio da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e da Diretoria, não remunerados. A Diretoria presta contas da sua gestão anualmente à Assembleia Geral, após o parecer do Conselho Fiscal.

Os objetivos sociais da Confederação são:

- a) Administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar em todo o País a prática do hipismo em todos os níveis, incluindo o hipismo praticado por portadores de deficiências, quando a FEI permitir.
- b) Representar o hipismo brasileiro perante os poderes públicos em caráter geral.
- c) Representar o hipismo brasileiro no exterior, em competições amistosas ou oficiais da FEI, da Confederação Sul-Americana de Hipismo e da respectiva Federação Internacional, observada a competência do COB.
- d) Promover ou permitir a realização de competições interestaduais, nacionais e internacionais no território brasileiro.
- e) Respeitar e fazer respeitar as regras, as normas e os regulamentos internacionais e olímpicos.
- f) Informar às filiadas sobre as decisões que adotar, bem como aquelas que emanarem dos poderes públicos e das entidades internacionais.
- g) Regulamentar as inscrições dos praticantes do hipismo nas entidades filiadas de administração regional e as transferências de uma para outra de suas filiadas, fazendo cumprir as exigências das leis nacionais e internacionais.
- h) Promover e fomentar a prática do hipismo de alto nível, estudantil, universitário e de cunho social.
- i) Promover o funcionamento de cursos técnicos de hipismo.

- j) Promover a realização de campeonatos e torneios hípicos brasileiros, nacionais e internacionais.
- k) Expedir às filiadas estaduais qualquer ato necessário à organização, ao funcionamento e à disciplina das atividades de hipismo que promover ou participar.
- l) Regulamentar as disposições legais baixadas a respeito dos atletas, dispendo sobre inscrições, registro, inclusive de contrato, transferências, remoções, reversões, cessões temporárias ou definitivas.
- m) Decidir sobre a promoção de competições interestaduais ou nacionais pelas entidades estaduais de administração e de prática de hipismo, estabelecendo diretrizes, critérios, condições e limites, sem prejuízo de manter a privacidade de autorização para que tais entes desportivos possam participar de competições de caráter internacional.
- n) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição.
- o) Praticar no exercício da direção nacional do hipismo todos os atos necessários à realização de seus fins.
- p) Ser o agente de ligação entre as entidades estaduais de administração do desporto hípico, de maneira que estabeleça harmonia e solidariedade necessárias, maximizando suas possibilidades hípicas.
- q) São consideradas modalidades hípicas o adestramento, o salto, o concurso completo de equitação, o enduro, o volteio, a equitação especial, as rédeas e a atrelagem.

O desporto brasileiro, no âmbito das práticas formais, é regulado por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, que deverão ser aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto, conforme estabelecido no § 1º, do artigo 1º, da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto.

A Confederação não efetua o recolhimento do imposto de renda e da contribuição social, por entender estar isenta dessas obrigações, com base no artigo 150, da Constituição Federal, da Lei nº 9.532/97 e no Ato Declaratório Normativo CTS nº 17/90.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T - 10.19, aprovada pela Resolução CFC nº 877, de 18 de abril de 2000, e posterior alteração aprovada pela Resolução CFC nº 966, de 4 de junho de 2003, e NBC T - 10.18, aprovada pela Resolução CFC nº 838, de 22 de fevereiro de 1999, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e atualizadas com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Confederação são resumidas como se segue:

#### a) Direitos e obrigações

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis até 12 meses subsequentes à data do balanço são considerados como ativo e passivo circulantes. Os demais direitos e obrigações são classificados como não circulantes.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa / Títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalente de caixa incluem os depósitos em bancos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Títulos e valores mobiliários (fundo de investimento aberto de renda fixa) foram classificados em conformidade com seu prazo de realização, sendo demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, de provisão para ajuste ao seu valor líquido de realização.

#### c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber estão representadas, principalmente, pelas mensalidades e parcelamentos a receber das Federações Nacionais, registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando relevante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe evidência objetiva, além de quaisquer garantias que possam ter sido fornecidas pela contraparte, de que a Confederação não será capaz de cobrar todos os montantes devidos de acordo com as condições iniciais dos créditos a receber.

#### d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação, na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, sendo reconhecido no resultado do exercício.

A Administração efetua anualmente a análise de seus ativos e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos. Além disso, revisa as vidas úteis dos seus ativos imobilizados em base anuais e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas permanecem adequadas, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios.

CONFEDERAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
HIPISMO  
14 06 12

e) Intangível

Representado por software em uso, demonstrado pelo valor do custo, deduzido de amortização calculada pelo método linear, considerando-se as taxas indicadas na nota explicativa nº 7.

f) Redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

A Administração revisa, anualmente, o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Nenhum indicativo de perda foi identificado pela Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

g) Apuração do resultado

As receitas e as despesas de qualquer natureza são registradas com base no regime de competência, o qual leva em consideração o fato gerador do evento e/ou da transação.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos quando a Confederação for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis ou a emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os instrumentos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 20.

i) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que a Administração se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir, significativamente, dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se aos questionamentos jurídicos, à provisão para créditos de liquidação duvidosa e à vida útil dos ativos não circulantes, bem como a possível redução do valor recuperável dos ativos de longa duração (quando aplicável).

JM

J.

## j) Adoção de pronunciamentos e interpretações de IFRS (novos e revisados)

Pronunciamentos e interpretações novos e revisados já emitidos e que não foram adotados antecipadamente pela Confederação.

Novas normas e alterações nas normas existentes e interpretações listadas a seguir foram emitidas e são obrigatórias para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou posteriores.

IFRS 9	Instrumentos Financeiros <sup>3</sup>
IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas <sup>1</sup>
IFRS 11	Negócios em Conjunto <sup>1</sup>
IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades <sup>1</sup>
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo <sup>1</sup>
Modificações à IFRS 7	Divulgação – Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros <sup>1</sup>
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição <sup>3</sup>
Modificações às IFRS 10, 11 e 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição <sup>1</sup>
IAS 19 (revisada em 2011)	Benefícios a Empregados <sup>1</sup>
IAS 27 (revisada em 2011)	Demonstrações Financeiras Separadas <sup>1</sup>
IAS 28 (revisada em 2011)	Investimentos em Coligadas e Joint Ventures <sup>1</sup>
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros <sup>2</sup>
Modificações às IFRSs	Ciclo de Melhorias anuais aos 2009-2011
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina
	1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
	2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
	3 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

Considerando as atuais operações da Confederação, a Administração não espera que essas normas e interpretações novas e revisadas produzam efeito relevante sobre as Demonstrações Financeiras a partir de sua adoção.

## k) Efeitos da aplicação do CPC 23 - Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro

Demonstramos abaixo os efeitos no balanço patrimonial da reclassificação efetuada pela Administração nos saldos de 31 de dezembro de 2011 com base no previsto pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de erro em relação à classificação contábil de sua aplicação financeira no fundo de investimento aberto de renda fixa DI junto ao Banco do Brasil.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011:

	<u>2011</u> (originalmente apresentado)	<u>2011</u> (Reapresentado)
ATIVO CIRCULANTE	<u>1.170.441</u>	<u>1.170.441</u>
Caixa e equivalentes de caixa	756.895	85.113
Títulos e Valores mobiliários	-	671.782

## Demonstração dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

	<u>2011</u> (originalmente apresentado)	<u>2011</u> (Reapresentado)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (*)	756.895	85.113
Varição em Títulos e Valores Mobiliários (atividade operacional)	-	251.359
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>101.765</b>	<b>(149.594)</b>

(\*) No fim do exercício de 31 de dezembro de 2011 e no início do exercício de 31 de dezembro de 2012

A Administração após análise da natureza de sua aplicação financeira no fundo de investimento aberto Banco do Brasil (Renda Fixa DI) entendeu ser aplicável à reclassificação para a rubrica de Títulos e Valores mobiliários ao invés de caixa e equivalentes de caixa como categorizado em 31 de dezembro de 2011. A reclassificação acima mencionada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 teve apenas impacto no balanço patrimonial (entre rubricas do ativo circulante), na demonstração dos fluxos de caixa (entre caixa e equivalentes de caixa e caixa líquido das atividades operacionais) e na nota explicativa 4.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA / TÍTULOS E VALORE MOBILIÁRIOS

	<u>2012</u>	<u>2011</u> (Reapresentado)
Caixa e bancos (caixa e equivalentes de caixa)	19.016	85.113
Fundos de investimentos de renda fixa DI	284.291	671.782

Os títulos de valores mobiliários referem-se às aplicações em fundo de investimento de renda fixa aberto no Banco do Brasil.

## 5. CONTAS A RECEBER

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo circulante:		
Recursos da Prefeitura do Rio de Janeiro	-	328.387
Mensalidades - partes relacionadas	37.091	70.336
Parcelamentos - partes relacionadas	84.403	34.872
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	<u>(18.430)</u>	<u>(39.162)</u>
Total	<u>103.064</u>	<u>394.433</u>
Ativo não circulante:		
Parcelamentos - partes relacionadas	<u>20.520</u>	-
Total	<u>20.520</u>	-

A composição dos valores das contas a receber, por data de vencimento, está demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
A vencer	118.909	360.606
Vencidos até 30 dias	4.337	8.628
Vencidos de 31 a 60 dias	1.928	8.080
Vencidos de 61 a 90 dias	530	5.762
Vencidos de 91 a 180 dias	1.590	8.928
Vencidos acima de 180 dias	<u>14.720</u>	<u>41.591</u>
Total	<u>142.014</u>	<u>433.595</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Saldo no início do exercício	(39.162)	(34.703)
Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas sobre os Recebíveis	(8.270)	(18.340)
Reversão de provisão para devedores duvidosos por recuperação de recebíveis ou acordo total de parcelamento	<u>29.002</u>	<u>13.881</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(18.430)</u>	<u>(39.162)</u>

Composição por vencimento das contas a receber de clientes incluídas na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
A vencer	530	19.188
Até 30 dias	530	3.571
31 a 60 dias	530	3.571
61 a 90 dias	530	1.836
91 a 180 dias	1.590	3.336
Acima de 180 dias	<u>14.720</u>	<u>7.660</u>
Total	<u>18.430</u>	<u>39.162</u>

## 6. IMOBILIZADO

	<u>Edificações</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Computadores e periféricos</u>	<u>Instalações comerciais</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo:							
Em 1º de janeiro de 2012	366.243	143.768	229.205	29.199	41.991	14.315	824.721
Adições	-	2.988	7.324	-	-	-	10.312
Em 31 de dezembro de 2012	<u>366.243</u>	<u>146.756</u>	<u>236.529</u>	<u>29.199</u>	<u>41.991</u>	<u>14.315</u>	<u>835.033</u>
Depreciação:							
Em 1º de janeiro de 2012	(133.430)	(104.460)	(195.361)	(21.983)	(7.607)	(14.315)	(477.156)
Adições	(4.656)	(14.576)	(35.165)	(5.840)	(4.199)	-	(64.436)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(138.086)</u>	<u>(119.036)</u>	<u>(230.526)</u>	<u>(27.823)</u>	<u>(11.806)</u>	<u>(14.315)</u>	<u>(541.592)</u>
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>228.157</u>	<u>27.720</u>	<u>6.003</u>	<u>1.376</u>	<u>30.185</u>	<u>-</u>	<u>293.441</u>
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2011	<u>232.813</u>	<u>39.308</u>	<u>33.844</u>	<u>7.216</u>	<u>34.384</u>	<u>-</u>	<u>347.565</u>
Taxas de depreciação - %	2	10	20	20	10		

## 7. INTANGÍVEL (SOFTWARE)

Custo:	
Em 1º de janeiro de 2012	77.185
Adições	18.999
Em 31 de dezembro de 2012	<u>96.184</u>
Amortização	
Em 1º de janeiro de 2012	(64.923)
Adições	(15.675)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>(80.598)</u>
Intangível líquido em 31 de dezembro de 2012	<u>15.586</u>
Intangível líquido em 31 de dezembro de 2011	<u>12.262</u>
Taxa de amortização - %	20

## 8. FORNECEDORES

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Eventos	108.412	228.405
Agências de viagem	937	111.750
Serviços prestados por pessoa física e jurídica	<u>44.436</u>	<u>81.498</u>
	<u>153.785</u>	<u>421.653</u>



## 9. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Provisão de férias	78.835	41.446
Encargos sociais	94.089	54.799
Contribuições a recolher	2.250	1.279
Pensão alimentícia	94	94
Total	<u>175.268</u>	<u>97.618</u>

## 10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
IRRF sobre salários	8.215	8.150
IRRF sobre autônomos	1.190	1.489
IRRF sobre pessoa jurídica	1.569	8.883
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL/PIS/COFINS retidos	<u>3.636</u>	<u>27.785</u>
Total <sup>1</sup>	<u>14.610</u>	<u>46.307</u>

<sup>1</sup> Contribuições retidas sobre serviços de terceiros.

## 11. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A Administração, consubstanciada na opinião legal de seus assessores legais externos, declara não ser parte, em 31 de dezembro de 2012, de processos judiciais ou administrativos existentes que possam fluir para a Confederação, trazendo impactos às suas operações e demonstrações financeiras ora apresentadas. A Confederação não possui ativos contingentes contabilizados ou em discussão.

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os resultados (superávits ou déficits) apurados anualmente são incorporados (absorvidos) à conta de superávit acumulado, quando de sua aprovação, pela Assembleia Geral, das prestações de contas da Diretoria.

O superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi incorporado ao saldo de superávit acumulado uma vez que as demonstrações financeiras referentes aquele exercício foram aprovados em 25 de maio de 2012.

O déficit do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 será absorvido pelo saldo existente de superávit acumulado uma vez estas demonstrações financeiras serem aprovadas pelos órgãos de governança da Confederação.

## 13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Recursos públicos:		
Recursos Lei Piva	5.265.750	3.864.046
Recursos Governo do Estado do Rio de Janeiro	-	940.831
Recursos Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro	-	1.094.387
Recursos Comitê Paraolímpico	436.105	696.047
Recursos Ministério dos Esportes	-	550.065
Recursos FEI	-	104.600
(-) Devolução de recursos	<u>(644.190)</u>	<u>(663.335)</u>
	<u>5.057.665</u>	<u>6.586.641</u>
Registro de cavaleiros e equinos:		
Selos e passaportes	958.197	775.181
Capa - FEI	89.532	75.415
Registro de animais/cavaleiros - FEI	60.479	46.093
Licença internacional	39.662	32.026
Registro carteira - Confederação	819	9.519
Transferência de propriedade	8.036	9.183
Mudança de nome do animal	<u>10.693</u>	<u>2.017</u>
	<u>1.167.418</u>	<u>949.434</u>
Eventos - Taxas de concursos	<u>830.841</u>	<u>909.882</u>
Mensalidades - Mensalidades das Federações	<u>182.712</u>	<u>179.004</u>
Certificação técnica	<u>689.983</u>	<u>186.056</u>
Outras receitas	<u>286.543</u>	<u>398.230</u>
Receita operacional líquida	<u>8.215.162</u>	<u>9.209.247</u>

As receitas de recursos públicos são usualmente oriundas dos órgãos do governo federal, estadual, municipal, Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro e Ministério dos Esportes, e requerem aprovações com base em orçamentos efetuados pela Confederação para realização e participação em diversos eventos esportivos anuais.

## 14. CUSTO OPERACIONAL

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Taxas pagas a Federação Equestre Internacional	(2.347.816)	(1.784.143)
Serviços operacionais prestados por terceiros	(2.229.981)	(2.810.985)
Hospedagens	(393.309)	(1.098.338)
Passagens	(671.604)	(402.968)
Equipamentos para Federações	(113.371)	(287.199)
Troféus e medalhas	(274.208)	(153.807)
Alimentação	(94.844)	(116.121)
Uniformes	(67.940)	(89.252)
Prêmios	(46.579)	(10.670)
Transportes	(44.031)	(21.591)
Taxas de provas	(4.067)	(40.500)
Outros	<u>(46.319)</u>	<u>(57.322)</u>
Total	<u>(6.334.069)</u>	<u>(6.872.896)</u>

## 15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Serviços gerais e administrativos prestados por terceiros	(636.370)	(762.601)
Salários e ordenados	(491.251)	(366.081)
Encargos sociais (INSS/FGTS/PIS)	(301.963)	(246.900)
Telefone	(156.160)	(141.244)
Depreciações e amortizações	(80.111)	(90.347)
Alimentação	(75.296)	(61.953)
Lanches e refeições	(18.512)	(26.980)
Férias	(77.234)	(63.558)
Plano de saúde	(58.397)	(37.373)
Vale-transporte	(46.547)	(36.940)
Material de expediente/escritório	(45.113)	(32.400)
13º salário	(40.943)	(32.797)
Conduções	(17.997)	(31.117)
Aluguéis e condomínios	(14.975)	(23.596)
Correios	(25.507)	(18.184)
Manutenção	(7.387)	(17.319)
Propaganda e publicidade	(31.616)	(13.015)
Energia elétrica	(14.571)	(11.893)
Cópias e autenticações	(1.760)	(11.676)
Despesas tributárias	(79.555)	(10.866)
Outras despesas	<u>(88.049)</u>	<u>(53.736)</u>
Total	<u>(2.309.314)</u>	<u>(2.090.576)</u>

## 16. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	32.301	34.092
Outras	<u>2.859</u>	<u>13.546</u>
Total de receitas financeiras	<u>35.160</u>	<u>47.638</u>
Despesas financeiras:		
Despesas sobre operações de câmbio	(78.686)	(98.638)
Taxas bancárias	(14.698)	(11.479)
IRRF	(4.069)	(37.874)
Outras	<u>(5.639)</u>	<u>(3.139)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(103.092)</u>	<u>(151.130)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(67.932)</u>	<u>(103.492)</u>

## 17. COBERTURA DE SEGUROS

A Confederação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos, considerando a natureza de sua atividade. A seguir as coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2012:

Objetos de seguro	Cobertura	Valor segurado	Final de vigência
Imóveis	Incêndio/raio/explosão	550.000	09/05/2013
	Perda pagamento aluguel (período indenitário 6 meses)	20.000	09/05/2013
	Vendaval/granizo	20.000	09/05/2013
	Danos elétricos	20.000	09/05/2013
	Roubo	25.000	09/05/2013
	Vidros	5.000	09/05/2013
	Derrame de "sprinklers"	10.000	09/05/2013
	Equipamentos eletrônicos	10.000	09/05/2013
	Fumaça	10.000	09/05/2013
	Ruptura de tubulações	<u>20.000</u>	09/05/2013
	Total	<u>690.000</u>	

## 18. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	2012		2011	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita
<u>Federações</u>				
São Paulo	1.151	13.812	1.086	13.032
Brasília	1.151	13.812	1.086	13.032
Rio de Janeiro	42.466	13.812	5.430	13.032
Minas Gerais	2.302	13.812	1.131	13.032
Rio Grande do Sul	3.299	13.812	2.083	13.032
Bahia	-	11.688	2.755	13.032
Pernambuco	37.827	13.812	26.252	13.032
Paraná	1.151	13.812	6.964	13.032
Santa Catarina	10.256	13.812	4.344	13.032
Paraíba	1.151	13.812	1.086	13.032
Rio Grande do Norte	1.240	7.440	4.508	9.024
Ceará	14.295	7.440	32.320	9.024
Alagoas	1.240	7.440	585	7.620
Mato Grosso do Sul	443	5.316	418	5.016
Goiás	265	3.180	250	3.000
Amazonas	4.030	3.180	1.750	3.000
Maranhão	11.590	3.180	8.410	3.000
Mato Grosso	4.602	3.180	2.750	3.000
Sergipe	3.290	3.180	1.750	3.000
Espírito Santo	265	3.180	250	3.000
Total	<u>142.014</u>	<u>182.712</u>	<u>105.208</u>	<u>179.004</u>

Os saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2012 apresentam saldos de parcelamentos com as Federações de Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará, Mato Grosso e Santa Catarina referente a créditos em atraso que foram totalmente renegociados no montante de R\$84.403. As condições de renegociação refletem, na sua quase totalidade, a ausência de encargos financeiros e prazos de pagamento entre 10 a 60 meses. Nesta data não existem parcelamentos em atraso.

Os saldos de contas a receber em 31 de dezembro de 2012 apresentam créditos em atraso com as Federações de Maranhão, Amazonas e Sergipe, para os quais a Confederação registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$18.430.

#### Remuneração do pessoal-chave

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a remuneração total (proventos e benefícios) de pessoal-chave (gerência) é de R\$133.964 (R\$169.556 em 31 de dezembro de 2011). A Confederação não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo à Diretoria, Administração e a seus empregados.

## 19. RESULTADO POR NATUREZA

A Confederação apresentou a demonstração do superávit (déficit) utilizando uma classificação das despesas baseada na função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do superávit (déficit) é apresentada a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custos com eventos esportivos	(6.334.069)	(6.872.896)
Despesas de folha de pagamento	(1.097.347)	(862.351)
Serviços de terceiros	(792.530)	(903.845)
Energia	(14.571)	(11.893)
Despesas de depreciação e amortização	(80.111)	(90.347)
Despesas tributárias	(79.555)	(10.866)
Despesas com viagens	(86.284)	(123.162)
Despesas financeiras	(103.092)	(151.130)
Outras pulverizadas	<u>(234.392)</u>	<u>(222.131)</u>
Total	<u>(8.821.951)</u>	<u>(9.248.621)</u>
Classificadas como:		
Custo operacional	(6.334.069)	(6.872.896)
Despesas gerais e administrativas	(2.309.314)	(2.090.576)
Despesas financeiras	(103.092)	(151.130)
Outras despesas operacionais	<u>(75.476)</u>	<u>(134.019)</u>
Total	<u>(8.821.951)</u>	<u>(9.248.621)</u>

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## (i) Riscos de instrumentos financeiros

O risco de crédito é o risco principal da Confederação (risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria a prejuízo financeiro). Os instrumentos financeiros, que expõem a Confederação ao risco de concentração de crédito, consistem em equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber. A Administração avalia que suas políticas de crédito são prudentes e refletem condições de mercado e de risco. Conforme descrito na nota explicativa nº 5, a Confederação tem critérios contábeis para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

## (ii) Categorização e valorização de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro, a Confederação possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber, categorizados como empréstimos e recebíveis e fornecedores. Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial findo naquela data aproximam-se de seus valores de mercado e estão registrados e mantidos nas demonstrações financeiras pelo valor nominal dos títulos conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, das variações cambiais e dos juros atualizados até a data dos balanços.

A Confederação não atua com operações com derivativos financeiros.

(iii) Sensibilidade de instrumentos financeiros

Apresentados a seguir cálculo de sensibilidade considerando o saldo em aberto de títulos e valores mobiliários em CDI (variação Selic) em 31 de dezembro de 2012. A taxa de juros esperada para 31 de dezembro de 2013 foi obtida do relatório Focus do dia 15 de março de 2013.

	Cenário provável
Taxa de juros CDI a.a. (Selic) esperada em 31 de dezembro de 2013	8,38%
Títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2012	284.291
Efeito esperado positivo acumulado no resultado e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2013	<u>23.824</u>

21. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho Fiscal em 25 de março de 2013, nas quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

RIO DE JANEIRO 25 MARÇO 2013

*[Assinatura]*  
LUIZ ROBERTO GIUGNI  
CPF: 047.367.558-73

*[Assinatura]*  
Maurício de Oliveira Santos  
CRC: RJ-044461/0-2  
CPF: 228.297.337-20

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
Comarca da Capital do Rio de Janeiro  
Av. Presidente Wilson, nº 164 sobreloja RJ  
CERTEIRO A AVERBAÇÃO NA MATRÍCULA, PROTOCOLO E DATA ABAIXO.

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS  
Jalber Lira  
Oficial S

SELO DE FISCALIZAÇÃO  
CORREGEDORIA GERAL  
DA JUSTIÇA - RJ  
CERTIDÃO  
NUN  
UYN28655

Matr. 15932  
201305141027196 14/06/2013  
UYN28655 Emol: 132,32 Adic: 39,91

Oficial

